

JOSÉ PAULO NETTO E A DEFINIÇÃO NÃO MARXISTA DE MARXISMO

Aline C. Ferreira¹

De modo superficial, a visão que se tem sobre o marxismo está relacionada ao leninismo. Um dos elementos que pode explicar isso é o processo contrarrevolucionário empreendido pelo Partido Bolchevique na Rússia, que, em outubro de 1917, tomou o poder para si, desmantelando a auto-organização dos trabalhadores (isto é, os soviets)². A partir do estabelecimento da União Soviética, que se autodenominava como socialista, houve a difusão ao redor do mundo da ideia de que ocorrera de fato uma transformação social naquele país, assim como defendido por Marx. A partir da Terceira Internacional, grande parte dos Partidos Comunistas existentes passaram por um processo de bolchevização e começou-se a seguir uma cartilha partidária para difundir ideias de Lênin e principalmente Stálin. Marx, quando abordado, era subsumido a estes dois últimos autores³.

No entanto, o dito socialismo da União Soviética não tinha relação com aquilo que Marx defendia como transformação social, que, no caso, significa a emancipação da humanidade. Houve, na realidade, uma distorção do pensamento de Marx, inclusive com a atribuição de definições que não provêm de suas ideias – como a ideia inventada por Lênin (2017) de que o socialismo seria um período de transição para o comunismo, em

¹ Militante do Movimento Autogestionário – Núcleo São Paulo. E-mail: allinex3@gmail.com

² Este processo de desmantelamento da auto-organização dos trabalhadores russo é abordado de forma detalhada por Brinton (1975).

³ No caso do Brasil, cf. essa discussão em Konder (2009). Relembremos, no entanto, que este autor deve ser lido de maneira crítica, já que suas bases intelectuais são leninistas. A *nível descritivo*, por meio da descrição de determinados fatos históricos da recepção de Marx ao Brasil, sua pesquisa é bastante interessante por demonstrar como as ideias de Marx chegaram completamente deformadas ao Brasil, a partir das lentes do PCB. Marx, aliás, raramente era lido pelos militantes do partido. Em suas próprias palavras: “As realizações de Lenin pareciam bem mais adequadas a suscitar entusiasmo do que as complexas reflexões de Marx. Começou a se generalizar a convicção de que não tinha sentido procurar em Marx algo que não tivesse sido genialmente traduzido na ação pelo leninismo” (KONDER, 2009, p. 151-152).

que o Estado ainda existiria e seria comandado por um partido político⁴. Assim, marxismo é definido por Lênin da seguinte maneira:

O *Marxismo* é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral (LÊNIN, 1979, p. 15).

Tal definição é mecanicista, separando as ideias da realidade social concreta, como se marxismo fosse simplesmente uma junção de ideias, algo destoante da preconização de Marx e Engels (2007) de que as ideias não existem de forma isolada, mas são oriundas da realidade concreta. Desse modo, “leninismo” ou “marxismo-leninismo” tornou-se, equivocadamente, quase um sinônimo de “marxismo”. No entanto, há autores que questionam essa relação, evidenciando um antagonismo entre as duas concepções.

Resgatando o método dialético de Marx, Korsch (1977) define marxismo como expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Essa definição possui certa semelhança com Lukács (2012) de *História e consciência de classe*, tal como já demonstramos em outro trabalho (FERREIRA; TELES, 2018). Ademais, esta definição é melhor fundamentada por Viana (2008, 2014). Contudo, tal perspectiva sobre o marxismo proveniente de Korsch (1977) é antagônica não apenas à definição de Lênin, mas também à de intelectuais contemporâneos que concebem o marxismo como “marxismos”. Esse é o caso de José Paulo Netto (1993). Assim, o presente texto tem como objetivo analisar, de maneira crítica, o que este autor concebe por marxismo.

Em *O que é marxismo* o autor argumenta que “A hipótese de um marxismo único, puro e imaculado remete mais à mitologia política e ideológica do que à crítica racional” (NETTO, 1993, p. 8-9). Ao longo do pequeno livro, Netto (1993) nos mostra como essa ideia de um marxismo único remete a uma construção sectária empreendida pelo stalinismo, na União Soviética, onde tudo o que fosse contrário ao Partido era automaticamente rotulado como “pequeno burguês”, dentre outros adjetivos

⁴ O termo correto para se referir a URSS seria “capitalismo de Estado” (TRAGTENBERG, 2007; VIANA, 1993), não “socialismo”.

pejorativos. Portanto, quando ele descreve este marxismo como único, puro e imaculado, ele está se remetendo ao stalinismo (uma das vertentes do bolchevismo).

Netto (1993) identifica a gênese desse “marxismo” dogmático na Segunda Internacional, que originou uma visão economicista e positivista, principalmente a partir de Kautsky e Plekhanov. O “marxismo”, para esses ideólogos, era uma ciência. Mas “ciência” não no sentido totalizante, assim como concebido por Hegel e Marx, mas no sentido mais restrito possível, quase como sinônimo de ciências naturais. E, na verdade, essa visão remontaria às últimas obras de Engels, tornando-se um dos legados da Segunda Internacional para o “marxismo”.

E, assim, ainda de acordo com Netto (1993), com o stalinismo, aquilo que foi sistematizado na Segunda Internacional de forma dogmática tornou-se uma ideologia de Estado a fim de legitimar o poder de Stálin. Desse modo, “Já nos anos 30, o marxismo está *institucionalizado*: investido como ideologia oficial do Estado autocrático stalinista, ele se torna uma linguagem e uma estratégia de poder” (NETTO, 1993, p. 50-51). Ou seja, a “Terceira Internacional” teria institucionalizado aquilo que foi criado na “Segunda Internacional” com o acréscimo das “contribuições de Lênin”, mas conforme os interesses políticos da época de Stálin (NETTO, 1993).

No entanto, a definição de marxismo de Lênin (e a base de sua ideologia do reflexo) provém diretamente de Kautsky, constituindo um desenvolvimento do pensamento deste. Nesse sentido, podemos considerar que o leninismo é um subproduto do kautskismo (BARROT, 2014), sendo que o leninismo compreende não apenas as ideias de Lênin, mas também as suas continuidades (com alguns elementos diferentes) por Stálin (e o stalinismo) e Trotsky (e o trotskismo). Assim, “[...] as divergências profundas do bolchevismo no terreno organizativo não resultam de concepções diferentes, mas da aplicação dos *mesmos princípios* em situações políticas, econômicas e sociais diferentes” (BARROT, 2014, p. 106).

Netto (1993) defende que o “marxismo” entendido de forma dogmática é algo consolidado pelo stalinismo, cuja gênese é a Segunda Internacional; no entanto, ao mesmo tempo, o autor “redime” Lênin, ao argumentar que o problema não estaria na ideologia deste russo, mas na leitura e aplicação que Stálin fez dela em determinado

contexto político. Portanto, a argumentação de Netto torna-se um pouco desconexa, pois as ideias de Lênin são fruto das mesmas ideias concebidas a gênese do dogmatismo stalinista, provenientes de Kautsky e Plekhanov.

Ainda de acordo com Netto (1993), o momento de ultrapassagem do marxismo-leninismo visto como única expressão do marxismo teria surgido em meados dos anos 1950, surgindo revisionismos de influência social-democrata ou o desenvolvimento a partir do resgate crítico dos escritos de Marx.

Simetricamente à crítica da autocracia stalinista, surge um duplo movimento que configura a crise do marxismo-leninismo, seu corolário ideológico: ou seus herdeiros, decepcionados, abandonam a tradição revolucionária que vem de Marx para empreender um novo revisionismo, reencontrando o velho caminho reformista proposto pela social-democracia, ou se armam – com uma releitura crítica de Marx – para enfrentar o marxismo-leninismo, acertar as contas com ele e ultrapassá-lo criticamente.

Essa última alternativa (para a qual contribuiu, sem dúvidas, trabalho de estudiosos de Marx afastados do movimento comunista), desenvolvendo-se dos finais dos anos 50 aos dias de hoje, instaura um renascimento da reflexão comprometida com Marx e rompe com a ilusão (e/ou a pretensão) da existência de um marxismo, único, conclusivo, “puro” (NETTO, 1993, p. 60-61).

No entanto, essa visão do autor é também questionável e inclusive incoerente com a sua própria preocupação em mostrar como o marxismo não é singular, mas plural. Ao falar sobre esta “ultrapassagem” apenas após os anos 1950, Netto (1993) apaga toda a história de divergência e embate político contrário a Kautsky, Lênin, Stálin e Trotsky. A impressão passada ao leitor é a de que não houve embates às concepções de Kautsky, nem, posteriormente, às de Lênin – *na época em que eles próprios viviam*. Rosa Luxemburgo, por exemplo, além de não partir de uma visão mecanicista da realidade, escreveu textos questionadores aos bolcheviques, como um texto crítico à Revolução de Outubro (LUXEMBURGO, 2011). Questionamentos estes que não se limitaram meramente a uma discussão política, mas também teórica (na verdade essas duas coisas não estão dissociadas).

Além disso, sequer há a menção aos comunistas de conselhos que não apenas teorizavam sobre os conselhos operários pura e simplesmente, mas também sobre a teoria de Marx, apontando divergências com a ideologia leninista, como se pode compreender a partir da discussão trazida em *Lênin filósofo* pelo conselheiro Anton Pannekoek (2004). Esta obra é de 1938, mas Pannekoek já discutia de maneira crítica com

as concepções leninistas anteriormente, bem como os demais comunistas de conselhos, como Paul Mattick, Otto Rühle, Helmut Wagner, dentre outros (MAIA, 2016). Além de outros intelectuais considerados “esquerdistas” por Lênin, como a comunista inglesa Sylvia Pankhurst. E, ainda, nem precisaríamos mencionar o próprio Karl Korsch (1977) e a sua anticrítica a *Marxismo e filosofia* de 1930.

Assim, ao mesmo tempo em que Netto (1993) defende a existência de vários marxismos, o autor simplesmente se esquece de debates e expoentes tão importantes como os citados acima⁵. Mas, para além disso, há outros problemas em sua definição. De acordo com o autor, o marxismo visto de forma plural se justificaria pela existência de um “[...] espectro muito rico em matizes e variações” (NETTO, 1993, p. 70) a partir do legado de Marx. Desse modo, Netto (1993) concebe o marxismo como algo aberto, em processo de constituição que deve ser constante, mesmo porque a totalidade é infinita. E isso é também defendido por Korsch (1977), mas de uma maneira diferente. Isso porque Netto (1993) deixa de explorar de forma mais consistente um elemento fundamental: o *critério* para considerar determinada obra ou autor como marxista. Como garantir que determinado escrito é coerente com os princípios defendidos por Marx? Qual o critério que se utiliza para saber se há uma distorção do pensamento de Marx? Todos aqueles que se utilizam, em algum nível, dos escritos de Marx seriam marxistas?

Netto (1993) nos aponta uma direção para esses questionamentos, mas, em nossa perspectiva, de uma forma um pouco superficial e, portanto, insatisfatória. Além disso, ele realiza uma distinção a qual não concordamos, que seria aquela entre a obra de Marx (denominada por ele como obra marxiana) e a obra da tradição marxista (NETTO, 1993).

⁵ Entendemos que no livro *O que é marxismo* – o qual estamos tomando como base – a preocupação do autor não é realizar uma discussão aprofundada sobre o assunto, mesmo porque o pequeno livro faz parte de uma coleção destinada a escritos introdutórios sobre assuntos “básicos” das ciências humanas (Coleção Primeiros Passos, da editora Brasiliense). No entanto, não estamos “exigindo” uma discussão *aprofundada* sobre o assunto, que, de fato, fugiria do propósito do pequeno livro. Mas consideramos que a omissão à *menção*, no mínimo, de determinados autores e discussões já revela deficiências que partem de uma perspectiva específica (e predominante) que se tem, equivocadamente, do marxismo – o leninismo, onde Lênin é visto como um continuador das obras de Marx, o que discordamos, como é possível perceber ao longo de nossa argumentação.

Em poucas palavras: a obra de Marx (que chamamos de *marxiana*) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (as *correntes marxistas*) que, no seio de um bloco teórico-cultural diferenciado (a *tradição marxista*), oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou excludentes para os problemas que se foram e vão colocando no mundo burguês e nas suas ultrapassagens revolucionárias. Se se rotula esta tradição de “marxismo”, corre-se o risco de perder de vista a sua enorme **heterogeneidade** – porque, se existem fios condutores que a identificam enquanto uma tradição, existem igualmente, e com a mesma relevância, **componentes que peculiarizam** as numerosas propostas que a compõem (NETTO, 1993, p. 76-77, negritos nossos).

Esta distinção não nos parece adequada justamente pelo fato de que, enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, o marxismo constitui uma teoria “aberta” no sentido tanto da historicidade, quanto de que a totalidade é infinita, e por isso é necessário desenvolver a teoria marxista cada vez mais. As obras de Marx constituíram o pontapé inicial e o papel dos marxistas é o de continuá-las e desenvolvê-las, tanto devido às modificações históricas da sociedade, quanto devido às lacunas ou elementos poucos desenvolvidos pelo próprio revolucionário alemão. Portanto, em nossa perspectiva, não faz muito sentido separar essa expressão teórica entre “marxiano” e “marxismo”, por isso utilizamos apenas este último termo.

Ademais, ainda em relação à última citação direta de Netto, partimos do pressuposto de que os marxistas se utilizam, de maneira coerente, da teoria e método de Marx, partindo de aspectos importantes como: a não separação entre consciência e seres humanos; a percepção de que tudo passa pelas relações sociais, em que os seres humanos modificam a natureza e a si mesmos; a luta de classes como um elemento essencial; a perspectiva do proletariado, pelo fato de esta classe social ser aquela que carrega os interesses da emancipação da humanidade; etc. Isso porque é apenas dessa maneira que se consegue expressar teoricamente o movimento revolucionário do proletariado, tendo como horizonte a transformação social. Portanto, não tem como haver essa *heterogeneidade* mencionada por Netto.

Essa perspectiva que defende a existência de vários marxismos é oriunda da própria perspectiva leninista que separa ser e consciência e, assim, separa marxismo e proletariado, como é perceptível no texto de Lênin (1979) *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. Lênin e o leninismo não expressam o movimento

revolucionário do proletariado, mas sim os interesses da classe burocrática⁶. Em nossa perspectiva, não há uma separação entre ser e consciência, nem entre marxismo e proletariado. Portanto, não é possível existir vários marxismos.

Há a possibilidade de haver *peculiaridades*, não no sentido colocado pelo autor, mas no sentido de focalização em determinados assuntos. Por exemplo, devido à própria divisão do trabalho que tem se intensificado cada vez mais na sociedade capitalista, é bastante raro que os intelectuais consigam versar sobre vários temas que permeiam a sociedade. Por isso, é comum que existam aqueles que dedicam a sua trajetória intelectual mais em determinados temas do que em outros. Assim, podem existir diferentes focalizações: marxistas que estudam mais sobre movimentos sociais, outros sobre trabalho, educação, questão da mulher, e assim por diante. Mas a grande questão é que essas focalizações devem estar atreladas à *essência do marxismo* e à utilização do método dialético.

Desse modo, se um pesquisador parte da perspectiva marxista, ele, necessariamente, terá de se utilizar dos conceitos e categorias marxistas. Não por uma questão de sectarismo, mas de coerência interna de seus argumentos. Isso não significa que deve haver um descarte de tudo aquilo que não é marxista. Na verdade, a ideologia, ou seja, a falsa consciência sistematizada (MARX & ENGELS, 2007), não se define por ser uma “mentira” ou algo completamente invertido em relação à realidade; ela tem momentos de verdade, já que pretende apresentar esta realidade (ainda que a inverta) e por isso é convincente.

⁶ Entendemos a classe burocrática como uma classe auxiliar da burguesia, que possui autonomia relativa dentro da sociedade capitalista. Nesse sentido, “há uma predeterminação (a reprodução do capitalismo) da qual ela não pode escapar, sob pena de substituição ou abolição. Então ela deve cumprir sua função e por mais que tente se autonomizar e defender seus próprios interesses, a burocratização ou mesmo a substituição da burguesia como classe dominante, isso deve ser feito conjuntamente com a busca da reprodução das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, é necessário entender que a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia (VIANA, 2012). Ela exerce a atividade de controle social para a reprodução das relações de produção capitalistas, o que significa reprodução da classe capitalista e da acumulação de capital.” (VIANA, 2015, p. 270). Desse modo, Lênin não expressava os interesses do movimento revolucionário do proletariado, mas sim os interesses da classe burocrática. Primeiro, da classe burocrática partidária, especificamente do Partido Bolchevique que possuía a intenção de tomada do poder estatal (conseguindo efetivá-la) e, depois, da classe burocrática estatal cujo interesse era a perpetuação do poder na União Soviética.

Então é possível, por exemplo, tomar alguns elementos estudados pelo sociólogo Max Weber sobre arte e *assimilá-los criticamente* a partir da teoria e método marxistas. Ou seja, não estamos falando em *misturar* as categorias weberianas com as categorias marxistas (isso teria como resultado uma colcha de retalhos), mas sim assimilar, a partir do método dialético, aquilo que Weber descreveu sobre arte⁷.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva criteriosa (e não sectária) sobre o que define o marxismo, reiteramos que não temos concordância com a ideia de Netto (1993) sobre a existência de vários marxismos. Reafirmamos nossa perspectiva de que o marxismo deve estar vinculado à expressão da realidade a partir da perspectiva do proletariado enquanto classe autodeterminada, sendo este o critério para determinar o que é marxismo e o que não é. Assim, estamos de acordo com Viana quando afirma que

O marxismo posterior não é definido por simples referência às ideias de Marx e sim por manter o seu caráter de expressão teórica do movimento operário. Para descobrir isto se usa o mesmo procedimento adotado em relação ao marxismo original. Assim, abre-se espaço para a superação da ideia da existência de vários “marxismos” e cria-se um critério materialista para se definir quais indivíduos e correntes podem ser considerados marxistas (VIANA, 2008, p. 91).

Desse modo, a perspectiva de José Paulo Netto sobre o que é o marxismo não é marxista, já que não tem como pressuposto a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, mas sim a ideia de existência de diferentes “correntes” que podem ser consideradas “marxistas” pela simples vinculação a algumas ideias de Marx. Assim, o autor não parte de nenhum critério claro e que tenha como pressuposto a perspectiva do proletariado.

REFERÊNCIAS

BARROT, Jean. O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 01, jan./jul. 2014, p. 104-114. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acesso em: 29 out. 2017.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

⁷ Isso foi realizado por Viana (2007).

FERREIRA, Aline C.; TELES, Gabriel. A Definição Marxista de Marxismo em Georg Lukács e Karl Korsch. *Revista Espaço Livre*, Goiânia, v. 13, n. 25, p. 7-18, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/798/685>. Acesso em: 06 mai. 2019.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LÊNIN, Vladímir Ilich. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 8ª ed., 1993.

PANNEKOEK, Anton. Lênin filósofo. In: GORTER, Herman; KORSCH, Karl; PANNEKOEK, Anton. *La izquierda comunista germano-holandesa contra Lênin*. Ediciones Espartaco Internacional, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: Unesp, 2007.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

VIANA, Nildo. A Essência do Marxismo. *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 24-37. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>>. Acesso em: 29 out. 2017.

VIANA, Nildo. Burocracia: forma organizacional e classe social. *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 265-285. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

VIANA, Nildo. O capitalismo de estado da URSS. *Revista Ruptura*, ano 1, num. 1, Maio de 1993. Disponível em: <<http://informecritica.blogspot.com.br/2011/03/o-capitalismo-de-estado-da-urss.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VIANA, Nildo. *O que é marxismo?* Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.